

LT 110



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

*Estudo Sociolinguístico de Alguns Fenómenos de
Hipercorreção Frequentes no Português em Maputo*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de Licenciatura em *Linguística* da Universidade Eduardo Mondlane

Mahomed Anifo Murargy

Maputo, 2001

81'27
M972 e 06
F. LETRAS U.E.M.
R. E. 28153
DATA 11/ Janeiro 02
AQUISIÇÃO 02/Jan
COTA LT-110

LT-110

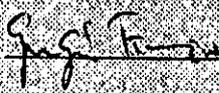
*ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO DE ALGUNS FENÓMENOS DE
HIPER CORRECÇÃO FREQUENTES NO PORTUGUÊS EM MAPUTO*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em *Linguística* da Universidade Eduardo Mondlane por
Mahomed Anifo Murargy

Departamento de Letras Modernas
Faculdade de Letras
Departamento de Letras Modernas

Supervisor: *dr. João Gomes da Silva*

Maputo, 2001

O Júri:			Data
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	
			/ /

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal”.

RESUMO

O trabalho que se apresenta resume-se no estudo sociolinguístico das realizações orais das palavras “mas” e “que” da língua portuguesa, no caso particular da província de Maputo. Constitui o resultado de uma investigação baseada nos dados empíricos orais (realizações orais) e escritos (informação sociolinguística), recolhidos junto de dois grupos de falantes (uns com L1-LP e outros com L1-LB, mas ambos bilingues, falantes do português e de pelo menos uma língua bantu) com o objectivo de apurar se, de facto, aquelas palavras transportavam consigo certas marcas de prestígio como indiciavam, tendo como resultado, por vezes, realizações orais hipercorrigidas, de determinar os factores extralinguísticos que estariam por detrás deste fenómeno e de fornecer dados para a análise da situação linguística e (sociolinguística) de Moçambique, o que acaba também por justificar a escolha do tema.

Os resultados mostraram que a génese do problema se relacionava com a actual política linguística do país, que não reflecte a diversidade e variedade linguística (e sociolinguística) existente. Aliás, é fornecendo dados para a análise desta questão – o da análise linguística e (sociolinguística) de Moçambique e, claro, também o da sua planificação e política linguística, assunto linguístico primordial actual, que a presente investigação destaca a sua importância.

CAPÍTULO IV.....23

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

4.1. Resultados

4.1.1. O estabelecimento dos formas padronizadas

4.1.2. Estatísticas

4.2. Análise e discussão dos resultados

- Hipótese explicativa

CAPÍTULO V.....42

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

BIBLIOGRAFIA.....44

ANEXOS.....46

1. Questionário para a elicitação de dados

2. Tabelas e gráficos

ABREVIATURAS

F1	Frase 1
F2	Frase 2
F3	Frase 3
L1	Lingua primeira
L2	Lingua segunda
L3	Lingua terceira
LI-LB	Lingua primeira = Lingua Bantu
L1-LP	Lingua primeira = Lingua Portuguesa
LP	Lingua Portuguesa
LPs	Lista de palavras
PI	Palavras Isoladas
PM	Português de Moçambique

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1. Delimitação do objecto de estudo e justificação

A sociolinguística é o ramo por excelência que se preocupa com o estudo das relações existentes entre a língua e a sociedade com o objectivo de melhor entender a estrutura da língua e o seu funcionamento durante o processo comunicativo. No entanto, atingir este objectivo não se mostra uma tarefa fácil, pois os falantes não usam da mesma forma o mesmo instrumento linguístico, e mesmo um determinado falante não usa o mesmo instrumento linguístico do mesmo modo em diferentes circunstâncias. Como consequência directa deste fenómeno temos a *variação linguística*, que pode manifestar-se essencialmente a três níveis linguísticos: *sintáctico*, *vocabular* e *fonético-fonológico*, e que pode advir tanto de *factores linguísticos* propriamente ditos como de *factores regionais, sociais e estilísticos* (relacionados com a adequação a um determinado contexto), sendo os últimos os que se encontram extremamente relacionados com a sociolinguística. Assim, devido a estes factores, a língua, como fenómeno social que é, reflectindo a estrutura social e sistemas de valor da sociedade, encontra-se associada a certos aspectos extralinguísticos. Desta forma, numa mesma língua podemos encontrar variações, com certas variantes mais valorizadas que outras, e, por esta razão, não raro, os locutores procuram, em determinadas situações, manipular a(s) variante(s) mais prestigiada(s), ou que consideram como tal, acabando mesmo por transcendê-la(s), tendo como resultado a *hiper correcção*. O panorama linguístico vivido em Moçambique, particularmente na província de Maputo, que é o contexto sobre o qual se debruçou o nosso estudo, não está isento deste tipo de situações, e o mais curioso, e que interessou-nos profundamente, foi ter verificado que certas palavras da língua

portuguesa são, aparentemente, articuladas de forma hipercorrecta com uma certa frequência relativamente maior às restantes, obrigando-nos a pensar nelas como potenciais transportadoras de informação social. Tal parece ser o caso das palavras “mas” e “que” da língua portuguesa (LP), definidas como objectos de estudo do presente trabalho, que enquadra-se no nível linguístico fonético-fonológico. Com efeito, estas palavras parecem apresentar diferentes realizações, respeitantes às articulações de (a) para “mas” e de (e) para “que”, em função dos objectivos e das características do locutor, numa tentativa deste de aproximar-se a uma determinada forma que ele assume como padrão ou como sendo a mais adequada para a situação contextual - geográfica e ou social - em que se encontra, acabando por manifestar certas formas linguísticas altamente caracterizadas pela hipercorreção.

1.2. Hipótese geral

A hipótese geral deste trabalho considera que o tipo de variação acima mencionado associado às realizações das palavras “mas” e “que” com focalização em (a) para o primeiro caso e em (e) para o segundo, se traduz num esforço consciente de correção motivado por problemas de insegurança sociolinguística, em estreita conexão com os de insegurança linguística manifestados pelos locutores envolvidos.

1.3. Objectivos

Interessa-nos, portanto, fazer o estudo do fenómeno acima descrito tendo em conta os seguintes objectivos:

- Identificar as variantes linguísticas relacionadas com as variáveis em estudo;
- Verificar se existe realmente variação na sua articulação, apurar até que

ponto se pode falar de hipercorreção linguística associada a essa variação e identificar as variantes relacionadas com a hipercorreção referida;

- Testar a hipótese geral e identificar os factores extralinguísticos que poderão estar na origem do referido fenómeno.

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DA LITERATURA

Entre outros aspectos, pretende-se que este capítulo:

- Introduza a literatura básica de consulta particularizando o conceito de hipercorreção e os principais autores, obras, noções e discussões que giram à sua volta;
- Indique o quadro teórico adoptado.

2.1. O conceito de variável linguística

Uma ferramenta extremamente importante que tem sido usada nos estudos variacionais é o conceito de *variável linguística*. Com efeito, e segundo Chambers e Trudgill (1980: 60), a ideia de que a variação linguística não é, afinal, absolutamente livre, não podendo, por isso, ser referida como variação livre, tal como era referida no passado, mas sim constrangida por factores sociais e/ou linguísticos surge, em primeira instância, como resultado do desenvolvimento da noção de variável linguística – *um item linguístico com o mesmo significado mas que apresenta variações a nível da forma*, uma vez que pode apresentar-se com duas ou mais variantes resultantes do seu envolvimento com outras variáveis sociais e/ou linguísticas. Parece não existir controvérsia alguma relativamente a esta definição, se tomarmos em conta que é, em geral, a que os vários autores - Chambers e Trudgill

(1980: 60), Hudson (1980: 157), Wardhaugh (1986: 137) - têm apresentado para a noção de variável linguística. O único problema a salientar que esta definição apresenta é, segundo Hudson (1980: 157), o facto de não ficar claro o que se entende por mesmo significado, uma vez que, por exemplo, "cat" (gato) e "pussy" (bichano/gatinho/gatinha), apesar de apresentarem variações relativamente à forma, têm o mesmo significado podendo, conseqüentemente, serem considerados como variantes de uma mesma variável linguística da mesma forma que as diferentes pronúncias de "house" (casa) com ou sem [h] o são. Contudo, de forma a se ultrapassar este problema, pode-se defender que o significado pode ser definido de forma mais liberal de modo a incluir o que geralmente se designa de significado social, no qual "cat" e "pussy" têm significados diferenciados, não podendo assim serem tratados como variantes de uma mesma variável linguística. Além disso, os sociolinguistas não estão preocupados em definirem o termo variável linguística de forma bastante rigorosa, conferindo-o somente o estatuto de ferramenta analítica no conjunto das ferramentas usadas pela sociolinguística, e não como parte de uma teoria geral da linguagem.

Um outro aspecto não menos importante e que consideramos necessária a sua referência tem a ver com as formas de representação comumente utilizadas na literatura para a descrição das variáveis linguísticas e respectivas variantes. Também neste aspecto parece não existir grandes discussões entre os especialistas que se vêm destacando nesta área da sociolinguística, e a resposta que nos dão é a utilização de parênteses curvos para as variáveis linguísticas e de parênteses rectos para as suas variantes, sendo indicado por dois pontos (:) a separação entre ambas. Seguindo este modelo, as ilustrações (h):[h] e (h):Ø referentes ao exemplo anterior relativo às

pronúncias da palavra inglesa "house" com ou sem [h] representarão uma mesma variável (h) com duas variantes: [h] e Ø, com a primeira a representar a referida palavra com (h) e segunda a representá-la sem (h).

2.1.1 Tipos de variáveis linguísticas

2.1.1.1. Sua relação com a estrutura social - variação estilística e hipercorreção linguística

Labov (1972b)¹ citado por Wardhaugh (1986: 137) postula a existência de três tipos de variáveis linguísticas:

1. Indicador: variável linguística que transporta consigo pouca ou nenhuma informação social sendo, por isso, de pouca importância. Somente um observador linguisticamente treinado tem conhecimento e pode identificar este tipo de variável linguística. As variações idiolectais são um exemplo deste tipo de variável.

2. Marcador: variável que carrega consigo um certo significado social, podendo ser um potente transportador de informação social. A sua distribuição relaciona-se claramente aos grupos sociais e aos estilos de falar. As pessoas têm conhecimento/ estão conscientes da existência deste tipo de variável e, por isso, pode ser objecto de manipulação.

3. Estereótipo: é uma caracterização popular e, conseqüentemente, consciente da fala de um grupo particular. Geralmente os estereótipos encontram-se

¹ *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

estigmatizados, reflectindo uma percepção das pessoas e, por isso, podem não se ajustar à realidade.

O mesmo autor (1970: 30-87)² considera que os *indicadores* exibem uma certa distribuição regular no que diz respeito a factores sociais (como por exemplo socio-económicos, étnicos ou idade) não exibindo, no entanto, variação relativamente ao contexto estilístico envolvido (que pode variar do mais casual ao mais formal), uma vez que são usados por cada indivíduo mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto. Mas se existir variação no uso de uma determinada variante pelas diferentes classes sociais em função do contexto estilístico envolvido, os indicadores podem-se encontrar estratificados, não exibindo somente uma distribuição social mas também uma diferenciação estilística. A este nível estamos perante variáveis sociolinguísticas altamente desenvolvidas a que chamaremos de *marcadores*, que representam o desenvolvimento da reacção social em direcção à mudança e a atribuição de valor social às variantes abrangidas.

Também para Chambers & Trudgill (1980: 80-83) os *indicadores* não se encontram envolvidos em variações estilísticas sistemáticas, enquanto que os *marcadores* encontram-se sujeitos tanto às variações estilísticas como às variações de classe. Eles são da opinião de que sempre que existir relação entre a variação linguística e a variação social é a variante usada pela classe alta que é referida como a mais prestigiada ou com maior "status" que as restantes. Deste modo, em situações em que a atenção é particularmente direccionada ao discurso, os falantes de todas as classes tenderão a manipular a linguagem de forma a aumentar o uso dessa variante

² The study of language in its social context: studium generale. In Pride, J. B. & J. Holmes (ed). *Sociolinguistics: Selected readings*. London: Penguin Books, 1972. p. 180-202: 188.

considerada como a mais prestigiada, tendo como consequência directa a *variação estilística* que, devido as próprias circunstâncias em que ocorre, segue quase sempre uma direcção uniforme (em direcção à variante mais prestigiada), independentemente da classe social envolvida. Os locutores encontram-se menos informados a respeito da variável que é *indicador*, desempenhando este, por isso, um papel menos consequente na marcação de diferenças de classe, contrariamente ao que acontece com a variável que é *marcador*.

Resumindo, são as diferenciações de classe que aumentam a fixação de juízos de valor às variantes linguísticas, levando a um uso crescente, em contextos formais, das variantes prestigiadas. Este fenómeno resulta na *variação estilística*, e a estrutura linguística particular envolvida é designada de *marcador*. Os locutores têm consciência da existência deste tipo de variável, chegando mesmo a manipulá-la, contrariamente ao que acontece com a variável que é *indicador*. Por vezes, essa manipulação das estruturas linguísticas mais prestigiadas tem como resultado um "cross-over pattern" (Chambers & Trudgill 1980: 95) não usual para essa variável: os locutores, na sua tentativa de imitarem os indivíduos das classes mais altas (mais prestigiadas), fazem uso das suas estruturas linguísticas, acabando mesmo por transcendê-los. O tipo particular de variação estilística daí resultante é referida como *hipercorreção linguística*.

Hipercorreção linguística

Labov (1976: 193), no seu estudo da variável (r) por diferentes classes sociais (classe baixa, trabalhadora, média baixa e média alta), em diferentes estilos de discurso (desde o mais casual ao mais cuidadoso), concluiu que no dia-a-dia (discurso casual) aquela variável funcionava como marca de prestígio para os grupos

mais elevados da hierarquia. Neste nível, a pronúncia do (r) ia aumentando conforme a classe social (quanto mais alta fosse maior era a utilização da variável), tratando-se então, pelo o que já foi exposto anteriormente, de um indicador. Mas a medida que os estilos iam mudando para o mais formal, obrigando os locutores a monitorarem o seu discurso de forma mais fechada, o *indicador transformava-se num marcador*, se tomarmos em conta que os valores relativos ao uso da variável (r) para a classe média baixa iam aumentando rapidamente, chegando mesmo a exceder os valores de uso desta variável por parte da classe superior (classe média alta). Este fenómeno constituía uma excepção, uma vez que os locutores da classe média baixa, na sua tendência de usarem formas linguísticas correctas e adequadas para os estilos mais formais, acabavam por exceder o seu grupo de referência, desviando-se assim do comportamento regular manifestado pelas restantes classes, caindo então numa *hipercorreção linguística*.

Para Chambers & Trudgill (1980: 95) a grande quantidade de variação estilística designada de hipercorreção linguística manifestada pela classe média baixa devia-se à *insegurança linguística* desta classe. Para estes autores, os indivíduos pertencentes à esta classe não se encontravam *socialmente seguros*, tal como o que acontecia com os da classe média alta, e, ao mesmo tempo, não se encontravam suficientemente distantes da classe trabalhadora de modo a estarem confiantes de não serem identificados como membros desta classe. Assim, como se viu em linhas anteriores, em situações em que eram obrigados a monitorarem o seu discurso de forma mais fechada, faziam enormes esforços para indicarem o seu "status" social através do uso de traços linguísticos com prestígio (no caso, o (r) pós-vocálico).



Labov (1976: 193), tal como Chambers & Trudgill (1980: 95), *associa a hipercorreccão linguística à insegurança linguística*. Ele considera que a primeira é indissociável da última, característica dos grupos sociais que praticam, inicialmente, uma variedade não normalizada e que, por isso, revelam-se pouco familiarizados com a variedade normalizada. Para este autor, a *insegurança linguística* provoca flutuações profundas num dado contexto e um esforço consciente de correccão, procurando figuras de discurso que eles não possuem (variantes prestigiadas), acabando por produzir estruturas linguísticas hipercorrigidas, uma vez que chegam mesmo a transcender o uso destas figuras pelas classes que realmente as possuem como características do seu discurso.

Naturalmente que a hipercorreccão linguística é susceptível de ocorrer em qualquer tipo de contexto linguístico, mas com maior complexidade em contextos multilingues. Tal é o caso de Moçambique, em que juntamente com o português, língua oficial e de unidade nacional, convivem inúmeras outras línguas moçambicanas de origem bantu sem qualquer tipo de estatuto definido. Este fenómeno de diversidade e variedade linguística acaba, directa ou indirectamente, por contribuir para a fixação de uma variante do português em Moçambique, em particular de Maputo, ideia reforçada pela frequência e regularidade de certos fenómenos linguísticos demonstrados por alguns estudos realizados. Esta constitui a variante com a qual os locutores se encontram mais familiarizados, e se distancia da norma padrão moçambicana institucionalizada pelo governo, que é a variante do português europeu com a qual os moçambicanos têm pouco ou nenhum contacto. Efectivamente, tomando em conta o parágrafo anterior, e seguindo a linha de pensamento de Labov (1976: 193), é pois natural que nas situações em que os locutores são obrigados a monitorarem o seu discurso de forma mais fechada, estes

desencadeiem um esforço consciente de correcção, procurando figuras de discurso que inicialmente não possuem e que julgam ser a norma do português europeu, portanto, a norma de prestígio, associada a certos valores político-ideológicos e sócio-económicos.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

Este capítulo fará a descrição da metodologia de trabalho empregue ao longo do desenvolvimento da presente análise, tendo como objectivo primordial a apresentação do quadro geral que presidiu a recolha e análise dos dados empíricos.

3.1. A recolha dos dados empíricos

3.1.1. A selecção dos inquiridos (população-alvo)

O grupo de controle e o grupo experimental

– Sua constituição

A recolha dos dados empíricos foi efectuada em vários locais da província de Maputo, no espaço compreendido entre Fevereiro e Dezembro do ano de 1999 numa população-alvo proveniente de vários pontos do país (incluindo a própria província de Maputo), constituída essencialmente por 143 indivíduos bilingues, falantes do português e de, pelo menos, uma LB, divididos em 2 grupos em função do critério L1, sendo um o designado de *grupo de controle*, constituído por 21 indivíduos que detinham como sua L1 o português, e outro o denominado de *grupo experimental*, constituído por 122 locutores que apresentavam como L1 uma LB, tendo, por isso, nestes indivíduos, o português o estatuto de L2 ou até, em certos casos, o de L3.

Quanto ao grupo experimental, reflecte a própria situação linguística do país, constituindo, por isso, o grupo central da análise, sendo, portanto, de fácil entendimento a razão da sua existência, não necessitando, por tal, de grandes explicações. Para além deste grupo, tornava-se imprescindível a existência de um outro que servisse de *controle*, junto do qual se procederia a recolha de dados com vista ao estabelecimento das formas padronizadas para as variáveis em estudo. Por um lado, apesar da norma padrão institucionalizada pelo governo moçambicano ser a variante do português europeu, não nos pareceu conveniente estabelecermos tais formas padronizadas em função dessa norma, levando em consideração que o português falado em Moçambique, e particularmente em Maputo, exhibe já certas formas peculiares, com a frequência e regularidade de certas estruturas linguísticas demonstradas por alguns estudos realizados, como referimos, distanciando-o em grande medida daquela norma europeia. Por outro, não se mostrava assim tão acessível optarmos por recolher aquelas formas que servissem de padrões para as variáveis em estudo junto de locutores exclusivos da LP, se tomarmos em conta que a própria realidade linguística do país não o permitia, pois como se sabe, somente uma ínfima parte da população moçambicana tem como sua língua materna o Português³, sem isto significar, no entanto, que estes não possam conhecer pelo menos uma língua moçambicana de origem bantu, o que nos leva a deduzir a existência, quiçá, quase nula de locutores exclusivos do Português. Deste modo, o mais conveniente seria que as formas linguísticas que servissem de padrões para as variáveis (a) e (e) em estudo fossem recolhidas junto de um grupo de locutores

³ A nossa aceção de língua materna vai de encontro a terminologia que Lopes, A. J. (1997: 16-17) considera como a mais adequada, ou seja, a que considera língua materna como a língua adquirida em primeiro lugar (L1) e com a qual o falante se identifica.

moçambicanos bilingues, falantes do português como sua L1 e de, pelo menos, uma LB, tal como vem sido referido, sendo esta, portanto, a razão pela qual este grupo de locutores foi designado de *grupo de controle*.

Foi nossa intenção procurar sempre, para ambos grupos, números extremamente equitativos bem como variados e significativos relativamente aos vários requisitos estabelecidos para a selecção dos inquiridos. No entanto, seguir à risca este objectivo não se mostrava assim tão fácil, principalmente na selecção dos inquiridos para a constituição do grupo de controle, facto que se entende perfeitamente ao lançarmos um olhar à situação linguística do país, como foi já exposto. Perante tal situação, procuramos apenas estabelecer uma meta no que dizia respeito à questão dos números para o grupo de controle, precisamente pelo menos 15% do número de locutores que constituíam o grupo experimental, percentagem alcançada com sucesso uma vez que se conseguiu para o grupo de controle um total de 21 locutores, número equivalente a aproximadamente 17.2% do total de locutores que compunham o outro grupo.

Requisitos para a selecção dos inquiridos

Para ambos grupos, para além de se ter procurado abranger, principalmente, ambos sexos assim como os vários pontos do país, como requisitos para a selecção dos inquiridos para a recolha de dados para a nossa análise estabeleceu-se que estes deveriam:

1. Ser indivíduos bilingues, falantes do Português e de , pelo menos, uma LB;
2. Possuir, pelo menos, até a altura da recolha, a 7ª CI (N.S.E.) completa, ou o equivalente;

3. Situarem-se numa faixa etária compreendida entre os 15-65 anos de idade, também completados até a altura da recolha;

4. Encontrarem-se em Maputo há menos de 10 anos, no que diz respeito aos locutores não naturais desta província.

No respeitante ao primeiro requisito, isto é, o facto de os inquiridos terem necessariamente de ser bilingues, falantes da LP e de, pelo menos, uma das línguas moçambicanas de origem bantu, advém, como se viu, da realidade linguística que se vive em Moçambique, factor este que foi já pormenorizadamente analisado, não necessitando, por isso, de novo destaque. O segundo requisito apontado – possuir, pelo menos, até a altura da recolha, a 7ª CI (N.S.E.) completa, ou o equivalente – corresponde ao nível de escolaridade mínimo exigido para que os inquiridos realizassem sem grandes dificuldades as diferentes tarefas que faziam parte do questionário que visava a recolha dos dados empíricos para a análise. Quanto ao facto de se ter exigido a presença de locutores que encontravam-se dentro da faixa etária compreendida entre os 15-65 anos de idade, também completados até a altura da recolha, procurava-se ter em conta o factor maturidade. Segundo a hipótese avançada, a hipercorreção associada às palavras em estudo *se traduz num esforço consciente de correcção motivado por problemas de insegurança sociolinguística, em estreita conexão com os de insegurança linguística manifestados pelos locutores envolvidos*. Por consequência, segundo a nossa maneira de pensar, o fenómeno em estudo – hipercorreção – terá maior incidência sobre a população adulta, uma vez que é esta quem mais probabilidades e capacidades tem de compreender e reagir aos problemas de índole social que a rodeia, daí a nossa opção em recolher dados em indivíduos que tivessem completado, até a altura da recolha, pelo menos os 15 anos,

idade que mesmo para os cientistas sociais inicia o grupo etário da população considerada como adulta. E se os 15 anos de idade iniciam a faixa etária da população adulta, os 65 terminam, e, por consequência, depois desta idade o indivíduo entra para a população velha, caracterizada por um certo conformismo e, portanto, também por uma menor capacidade de resposta face aos problemas sociais que giram à sua volta, pelo que consideramos melhor e mais adequado trabalhar com um grupo de indivíduos que não ultrapassassem os 65 anos de idade. Por último, termos optado por trabalhar com locutores que se encontravam em Maputo há menos de 10 anos, relativamente aos não naturais desta cidade, surge como consequência do factor insegurança sociolinguística, apontado como estando associado à produção do tipo de hipercorreção em estudo. Segundo o nosso ponto de vista, os problemas de insegurança sociolinguística terão maior incidência nos locutores que se encontram em Maputo há pouco tempo (até os 10 anos de permanência, no máximo), contrariamente aos que se encontram na referida província há mais tempo (mais de 10 anos), uma vez que, para nós, os primeiros são os que mais se encontram influenciados pelos problemas que se associam à procura de um espaço social. Sendo assim, preferimos fazer a recolha de dados junto de indivíduos que não se encontravam em Maputo há mais de 10 anos, tomando em conta que depois de ultrapassar este tempo de permanência o indivíduo apresenta-se já com um espaço definido e com menos problemas de integração social, encontrando-se numa situação mais ou menos estável em termos de acomodação social, estando, portanto, menos susceptível para manifestar formas hipercorrigidas.

No tocante às variáveis sociolinguísticas que consideramos pertinentes para a investigação e as quais pretendemos, posteriormente, relacionar à produção das

variáveis em estudo, são as seguintes, para cada grupo, as características dos locutores seleccionados e junto dos quais se fez a recolha dos dados empíricos:

1.. Grupo experimental

a) Idade: do total de 122 indivíduos entrevistados, 8.2% encontram-se na faixa etária dos 25-29 anos, 9% na dos 60-65, 9.8% para cada uma das faixas dos 15-19, 45-49 e 50-54, e, por fim, as faixas etárias dos 20-24, 30-34, 35-39, 40-44 e 55-59 têm cada uma distribuição equivalente a cerca de 10.7%.

b) Sexo: relativamente a esta variável, a maioria dos inquiridos, cerca de 54.9%, é do sexo masculino, e os restantes 45.1% vão para o sexo oposto.

c) Província e zona de origem: a zona Norte do país conta com um total de 34 entrevistados, equivalente a aproximadamente 27.9%, sendo 9% para cada uma das províncias de Niassa e de Nampula, e 9.8% para a província de Cabo Delgado. A zona Centro participa com 48 locutores, cuja percentagem correspondente é de aproximadamente 39.3%, com 8.2% para Tete, 9.8% para Zambézia e igual percentagem - 10.7% - para Manica e para Sofala. Por último, a zona Sul engloba um número de 40 locutores, correspondendo a aproximadamente 32.8%, cuja distribuição é de 9.8% para Inhambane, 10.7% para Gaza e 12.3% para Maputo.

d) Situação dos informantes em Maputo: 15 locutores (mais ou menos 12.3%) são naturais de Maputo, e dos restantes 107 (cerca de 87.7%) 9.8% encontram-se na referida cidade há 1-2 anos, 18.9% há 3-4 anos, 27.9% há 5-6 anos, 22.1% há 7-8 anos e, por último, 9% dos inquiridos estão em Maputo há já 9-10 anos.

2. Grupo de controle

a) Idade: importa referir que não foi possível abranger todos os grupos de idades, pelo que certas faixas etárias, tais como as faixas 40-44, 50-54 e 60-65, apresentam-se com um número de 0 (zero) entrevistados. Relativamente às restantes, as faixas etárias 20-24 e 30-34 encontram-se igualadas com uma distribuição de 14.3%, acontecendo o mesmo com as faixas dos 25-29 e 35-39, bem como as dos 15-19 e 45-49, com uma distribuição de 23.8% para as duas primeiras e de 9.5% para as duas últimas. Para o grupo dos 55-59 a distribuição é de 4.8%.

b) Sexo: a maior parte dos inquiridos – aproximadamente 61.9% - é do sexo masculino, e 38.1% são do sexo feminino.

c) Provincia e zona de origem: a zona Norte do país conta com uma participação de 6 locutores, o que equivale a cerca de 28.6%, com a provincia de Niassa a contribuir com 4.8%, a de Cabo Delgado com 9.5% e a de Nampula com 14.3%. A zona Centro conta com igual número de locutores, cuja distribuição em termos percentuais é de 14.3% para a Zambézia, 9.5% para Manica e 4.8% para Sofala. Quanto a zona Sul, esta apresenta um total de 9 locutores – aproximadamente 42.9%, ficando a provincia de Inhambane com 14.3% dos entrevistados, a de Gaza com 9.5% e, finalmente, a provincia de Maputo com 19%.

d) Situação dos informantes em Maputo: cerca de 19% – 4 locutores dos 21 entrevistados – são naturais de Maputo, e outros 19% encontram-se nesta cidade há 1-2 anos; para os 3-4 anos como tempo de permanência em Maputo temos 38.1%, e

para os 5-6 anos temos 14.3%; quanto aos 7-8 anos e 9-10 anos, a distribuição é a mesma, sendo de 4.8% para cada.

3.1.2. A constituição do corpus

O nosso estudo baseou-se num corpus de dados constituído a partir de um inquérito submetido aos informantes e que, visando a eliciação de dados tanto sob a forma escrita como oral, encontrava-se dividido em duas partes: uma primeira parte referente a *componente oral*, relacionada com as tarefas de leitura a que os entrevistados foram submetidos, e uma segunda parte referente à *componente escrita*, que destinava-se a recolha de dados relativos ao "status" social dos inquiridos. A estes, apenas informamos, em termos bastante gerais, qual a natureza do trabalho, ou seja, a realização de um estudo sociolinguístico que visava relacionar a fala a certos aspectos sociais.

3.1.2.1. O corpus oral

Pelo que já foi referido no capítulo II, referente à revisão bibliográfica, ficou claro que a hipercorreção linguística, como variação estilística que é, não só exhibe uma distribuição social como também uma diferenciação estilística. Wardhaugh (1986: 145) considera que, uma vez que a nível estilístico as experiências têm mostrado que as diferentes variantes de uma variável linguística ocorrem em diferentes circunstâncias (desde o discurso extremamente casual ao mais formal de todos), a forma de eliciação de dados deve ser modelada de modo a cobrir estas diferentes circunstâncias. Assim, muitos estudos têm categorizado os seguintes níveis estilísticos diferentes nos quais se pode fazer a recolha dos vários tipos de comportamento linguístico:

1. Situação casual: através da conversação com uma terceira pessoa que não seja o entrevistador, de respostas à questões gerais ou mesmo da narração de um acontecimento que tenha sido marcante, desviando assim a atenção dos informantes para longe do seu discurso, este tipo de situação procura direccionar o estudo para o menos formal de modo a cobrir o discurso extremamente casual;

2. Situação de entrevista: servindo-se tipicamente de entrevistas gravadas nas quais os falantes devotam grande atenção à sua forma de falar, pretende recolher dados relativos ao discurso formal (cuidadoso);

3. Situações de leitura em voz alta: trata-se de um exame mais fechado da variação estilística no qual se direcciona maior atenção ao discurso dos informantes. Traduz-se na leitura de uma história ou de uma passagem de prosa, de listas de palavras isoladas lidas uma de cada vez e de listas de pares mínimos.

No entanto, na presente investigação apenas se recolheram dados referentes aos contextos estilísticos em que os falantes se encontram a monitorar o seu discurso de forma mais fechada (mais especificamente nas diferentes tarefas de leitura), uma vez que, tal como vimos no capítulo referente à revisão bibliográfica, é neste tipo de contextos que fenómenos como a hiper correcção linguística, objecto de estudo da presente investigação, são mais susceptíveis de ocorrerem. Assim, o nosso corpus oral, de cerca de três minutos de gravação por cada entrevistado, o que totaliza aproximadamente um total de sete horas de gravação, seis para o grupo experimental

e uma para o grupo de controle, é constituído pelas seguintes tarefas individuais de leitura em voz alta:

1. Leitura de passagens: leitura de um grupo de 3 passagens (frases) extraídas de alguns jornais locais (Domingo e Savana), cujo índice total de frequência numa leitura simples (1 vez) é de 4 vezes tanto para a palavra “mas” como para a palavra “que”. No entanto, tendo em conta que foi pedido aos entrevistados que fizessem um número de 3 leituras para cada frase, a ocorrência para cada palavra corresponde ao número de 12.

2. Leitura de lista de palavras: leitura de uma lista de 20 palavras (incluindo as duas em estudo) dispostas em 2 colunas de 10 palavras cada, encontrando-se a palavra “mas” na primeira coluna e a palavra “que” na segunda coluna. Aqui, o índice de ocorrência para cada uma destas palavras é apenas de 1 vez, mas tomando em conta que cada coluna teve de ser lida 3 vezes, tal como foi pedido a cada um dos inquiridos, o índice total de ocorrência para cada passa para um número de 3 vezes.

3. Leitura de palavras isoladas: leitura de 2 palavras isoladas – as palavras em estudo, as quais cada entrevistado teve de pronunciar 3 vezes cada, o que dá um índice total de ocorrência de 3 para cada uma.

3.1.2.1. O questionário (escrito)

A informação sócio-económica dos entrevistados advém de um questionário elaborado com o propósito de recolher dados sociais relativos aos entrevistados com a finalidade de relacioná-los com a produção das palavras em análise neste trabalho.

Tal questionário é composto de um total de 16 perguntas a que os entrevistados tiveram de responder de forma escrita e cujas respostas, supostamente, poderiam tornar-se pertinentes aquando da sua relação com as palavras em estudo.

Antes de concluirmos esta parte relativa a constituição do corpus importa sublinhar que os informantes tiveram primeiro de enfrentar a componente oral, e só depois a escrita, uma vez que esta, caso lhes fosse submetida em primeiro lugar, pela própria natureza das suas perguntas, poderia desencadear na sua consciência elementos que, de certo modo, poderiam afectar a sua performance na realização da componente oral.

3.2. Procedimentos de análise

Com esta última parte do presente capítulo referente à metodologia de trabalho pretendemos dar conta dos procedimentos seguidos para a organização e posterior análise dos dados empíricos.

3.2.1. Agrupamento dos dados empíricos

Uma vez completa a fase da recolha dos dados empíricos (quer respeitantes a componente oral como a escrita), estes foram cuidadosamente analisados, tendo como primeira fase a auscultação do que foi produzido pelos inquiridos na componente oral, onde o destaque foi direccionado para a identificação e transcrição fonética das variantes encontradas (produzidas por ambos grupos de entrevistados) e relativas aos variáveis em estudo. De seguida, após ter sido estabelecida a percentagem do número de ocorrências para cada variante encontrada, processo realizado tendo sempre em mente a divisão dos inquiridos em dois grupos, os dados

foram agrupados em função do número de ocorrências das variantes para cada uma das situações F1, F2, F3, LPs e PI, respeitantes aos vários contextos estilísticos tomados em conta aquando da recolha dos dados relativos à componente oral e, simultaneamente, por um certo número de potenciais factores extralinguísticos – zona e província de origem, situação dos locutores em Maputo, idade, sexo, entre outros – que, tendo sido recolhidos junto da componente escrita da recolha de dados poderiam, supostamente, influenciar a produção das variáveis em estudo, tornando-se assim imprescindíveis para a análise. Note-se que este tipo de agrupamento dos dados permitia-nos apurar qual das variantes de cada um dos potenciais factores extralinguísticos mencionados exercia maior influência na produção das variáveis ora definidas como objectos de estudo e, simultaneamente, verificar se essa influência manifestava-se de igual modo em todas as situações de leitura.

Tendo em conta que o presente estudo centraliza as suas atenções na hipercorreção linguística, e que os dados orais foram recolhidos em função de 5 situações de 3 leituras para cada, tornava-se indispensável estabelecer também a frequência das variantes para cada uma das 5 situações – como forma de se apurar qual a mais susceptível à hipercorreção linguística, e para cada uma das 3 leituras – como forma de podermos verificar em que circunstância de leitura (1ª, 2ª ou 3ª) os entrevistados encontravam-se mais inclinados ao fenómeno da hipercorreção.

3.2.2. Formas de cálculo

O índice, em termos percentuais, da frequência das variantes ocupa lugar de destaque em qualquer estudo de carácter quantitativo, ou seja, cuja análise dependa basicamente do número de ocorrências de cada variante, tal como é o nosso caso, pelo que pretendemos de seguida descrever de forma pormenorizada e clara o

modelo por nós adoptado como forma de chegarmos às percentagens relativas ao índice de ocorrência de cada variante, quer em função dos contextos estilísticos tomados em conta como dos vários factores sociolinguísticos já mencionados e tomados em conta. Antes de mais, torna-se necessária a introdução de dois valores, nomeadamente F_i e F_{iP} , designações que utilizamos para referenciar os dois tipos de valores que usamos para o cálculo das percentagens, sendo F_i a frequência absoluta, respeitante ao número de vezes que cada variante ocorreu em determinada situação (= frequência de cada variante), e F_{iP} a frequência absoluta possível, respeitante ao número de vezes que cada variante poderia ter ocorrido numa dada situação. Quanto a percentagem, foi calculada em função da seguinte fórmula:

$$\frac{F_i \times 100}{F_{iP}}$$

Note-se que o F_{iP} não é constante, variando de situação para situação, e a fórmula usada para o seu cálculo foi: *Nº de entrevistados x Nº de ocorrências da variável em estudo numa determinada situação x 3 (= Nº de leituras por cada contexto estilístico)*. Assim, por exemplo, o F_{iP} de (a):[e] na palavra "mas" relativo a toda a situação oral, isto é, F1, F2, F3, LP e Pl, não será o mesmo para o grupo de controle e para o grupo experimental:

$$\text{Grupo de controle: } F_{iP} = 21 \times 6 \times 3 = 378$$

$$\text{Grupo experimental: } F_{iP} = 122 \times 6 \times 3 = 2196$$

Deste modo, supondo que o número de ocorrências de (a):[e] na mesma situação seja de 21 para o grupo de controle e de 264 para o grupo experimental, os nossos cálculos em termos percentuais ficam assim definidos:

$$\text{Grupo de controle: } \% = \frac{21 \times 100}{378} = 5.6\%$$

$$\text{Grupo experimental: } \% = \frac{264 \times 100}{2196} = 12\%$$

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Com o presente capítulo pretende-se:

- Apresentar detalhadamente, principalmente em forma de tabelas e gráficos os resultados referentes a distribuição oral das variantes encontradas;
- Analisar e discutir esses resultados;
- Apresentar a hipótese explicativa.

4.1. Resultados

Uma vez concluída a fase destinada a recolha e agrupamento dos dados empíricos recolhidos e relativos essencialmente a produção das palavras “mas” e “que” da LP em Moçambique que, lembramos, constituem os objectos centrais do nosso estudo, deparamo-nos com os resultados que a seguir passamos a apresentar.

Tanto o grupo de controle como o grupo experimental apresentaram variações na produção das duas palavras em estudo, mais especificamente na articulação de (a) para a palavra “mas” e na de (e) para a palavra “que”, como se previa, sendo:

m(a)s	qu(e)
(a):[a] - [maʃ]	(e):[i] - [ki]
(a):[æ] - [mæʃ]	(e):[ə] - [kə]

Verifica-se a existência de duas variantes – [a] e [æ] – para uma mesma variável (a), e de outras duas variantes – [i] e [ə] também para uma mesma variável, mas desta vez (e). As distribuições em termos percentuais das variantes encontradas são as seguintes:

Fig. 1

	(a)		(e)	
	[a]	[æ]	[i]	[ə]
Grupo de controle	94.4%	5.6%	91.3%	8.7%
Grupo experimental	88%	12%	81%	19%

Interpretando os resultados, o grupo de controle assim como o grupo experimental exibem percentagens mais altas nas articulações das variantes [a] e [i] e, portanto, percentagens mais baixas nas articulações subjacentes às variantes [æ] e [ə], sendo, para o grupo de controle, 94.4% e 91.3% para as duas primeiras variantes contra os 5.6% e 8.7% para as últimas, e para o grupo experimental 88% e 81% para as variantes [a] e [i] contra os 12% e 19% para as variantes [æ] e [ə].

4.1.1. O estabelecimento das formas padronizadas

Tal como foi dito no cap. III, o grupo de controle, pelas características que possuía, existia basicamente para o estabelecimento das formas padronizadas para as variáveis em estudo. Ora, pelos dados da tabela anterior, logo à primeira vista ressalta-nos a grande disparidade de valores atribuídos às variantes produzidas por este grupo, ficando como mais frequente para a variável (a) a variante [a], em oposição a variante [æ], e, por seu turno, a variável (e) tem como variante mais frequente a variante [i] em oposição a [ə]. Assim sendo, podemos concluir que segundo os dados por nós recolhidos, no português falado em Moçambique, particularmente em Maputo, as formas mais frequentes e com as quais os locutores se encontram mais familiarizados e, portanto, menos marcadas das variáveis em estudo, nomeadamente (a) para a palavra “mas” e (e) para a palavra “que”, correspondem a [a] para a primeira variável e a [i] para a segunda variável, o que automaticamente acaba por conferir às formas representadas por [æ] e [ə] o estatuto

de mais marcadas e, conseqüentemente, menos adequadas para o estabelecimento de uma forma padrão. Efectivamente, no âmbito do nosso estudo as formas estabelecidas como padrões foram as seguintes:

1. (a):[a] para a palavra "mas"
2. (e):[i] para a palavra "que"

Note-se que esta nossa posição é reforçada pelo facto de também o grupo experimental apresentar diferenças extremamente significativas no que diz respeito às percentagens atribuídas às variantes recolhidas, destacando-se como mais frequentes e, então, menos marcadas as mesmas variantes por nós estabelecidas como padrões para as duas variáveis em estudo.

Estabelecidas as formas padronizadas, será oportuno destacar, para ambos grupos, as percentagens referentes então ao desvio às formas padronizadas:

Grupo de controle: 7.1%

Grupo experimental: 15.5%

Encontrando-se já definidas as formas padronizadas relativas às variáveis (a) e (e) em estudo constata-se que o grupo experimental é o que mais se desvia das formas padronizadas, sendo o que apresenta percentagens mais altas para as formas mais marcadas, nomeadamente 12% e 19%, em oposição ao grupo de controle que apresenta-se com as percentagens de 5.6% e 8.7%.

Uma questão que inevitavelmente se pode agora colocar é *porquê e em que situações ocorrem então as variantes definidas como mais marcadas?* Responder esta questão implica, antes de mais, fazer uma abordagem primeiro às estatísticas

referentes às distribuições das variantes marcadas, quer seja em função dos vários contextos estilísticos utilizados para a recolha de dados como dos vários factores sociolinguísticos que, como se sabe, foram considerados como potenciais catalisadores da existência de variações na produção das palavras “mas” e “que”, e, segundo, a outras estatísticas referentes a componente escrita da nossa recolha de dados. Note-se que esta abordagem incidirá particularmente sobre o grupo experimental, uma vez que constitui o grupo central da análise, como se referiu, e que é o grupo que apresenta percentagens mais elevadas de desvio às formas padronizadas, o que lhe confere um estatuto ainda mais preponderante.

4.1.2. Estatísticas

Seguem-se as estatísticas referentes às distribuições das variantes marcadas. Para cada uma, como forma de facilitarmos a análise tornando-a clara e de fácil entendimento aos demais, procuramos, sempre que possível, fazer a apresentação dos resultados em tabelas e seus respectivos gráficos, ilustrando-os primeiro de uma forma mais detalhada, isto é, fazendo a distribuição das variantes estabelecendo uma relação entre a variável sociolinguística em análise e os cinco contextos estilísticos estudados, e depois ilustrando-os de uma forma mais geral na qual na distribuição tem-se em conta somente a distribuição das variantes em função da variável sociolinguística em destaque.

1. Distribuição por províncias: para todos os contextos estilísticos (fig. 3-4), as províncias da Zambézia, Manica e Sofala são as que apresentam maiores índices de produção das variantes [æ] e [ɔ], e mesmo na ilustração geral (fig. 5-6), tal como se pode verificar, os pontos mais altos do gráfico situam-se ao nível destas três

províncias da zona centro do país; em contrapartida, os pontos mais baixos situam-se ao nível das províncias de Maputo e Gaza. Um outro dado não menos importante que se pode constatar é que, para todas as províncias, os contextos estilísticos envolvendo as LPs e as PI demonstram maiores níveis de produção daquelas variantes do que os contextos relativos às frases, nomeadamente F1, F2 e F3.

2. Distribuição por zonas: as estatísticas (fig. 7-8) mostram-nos que com excepção do contexto F2, no qual as percentagens relativas aos indivíduos das zonas sul e norte encontram-se igualadas, a percentagem de variação exibida pelos informantes provenientes da zona sul do país é menor quando comparada à dos provenientes das zonas centro e norte do país (situações F1, F3, LPs e PI). Paralelamente, de forma semelhante a distribuição anterior, pode-se constatar que a produção das variantes [æ] e [ɔ] é menor nos contextos que envolvem frases (F1, F2 e F3) e maior nos restantes casos, ou seja, nos contextos relativos as LPs e as PI. No geral (fig. 9-10), tal como se pode verificar, os indivíduos provenientes da zona sul demonstram níveis de variação mais baixos, e os da zona centro mais altos, estando em posição intermédia os provenientes da zona norte do país.

3. Distribuição pela situação dos informantes em Maputo: para esta distribuição (fig. 11-12), isto é, o tempo em que os informantes se encontram nesta cidade (note-se que neste caso tomamos em conta apenas os informantes não naturais de Maputo), verifica-se que em todos os contextos estilísticos, o grau de variação demonstrado pelos indivíduos que encontram-se em Maputo há já 7 anos ou mais é menor relativamente aos restantes. Por outro lado, com excepção de F2, encontramos os graus de variação mais altos associados aos informantes que encontram-se em

Maputo entre 1 a 4 anos, posicionando-se no ponto intermédio 'os que estão na referida província entre 5 a 6 anos. Na excepção referida (F2), o mesmo não acontece, uma vez que a percentagem de hipercorreção que estes informantes demonstram não encontram-se já em posição intermédia, ficando este lugar reservado aos que encontram-se em Maputo há 3-4 anos. Tal como nas distribuições anteriores, também neste caso, para todas as idades, os picos mais altos relativos a produção das variantes [æ] e [ɔ] dizem respeito as LPs e as PI. Quanto às estatísticas gerais (fig. 13-14), os informantes que estão em Maputo há 1-4 anos aparecem com os níveis de variação mais altos. Depois, a linha do gráfico vai descendo em função de menor para maior tempo que os informantes encontram-se em Maputo, ou seja, quanto maior for o tempo em que o informante se encontra em Maputo, menor será o grau de variação por ele demonstrado.

4. Distribuição por grupos de idades: os números que dizem respeito à esta distribuição mostram que até atingir o seu ponto máximo na faixa etária dos 35-39, a linha do gráfico (fig. 18) começa com um crescimento que respeita o quanto maior for a idade maior será a produção da variantes em questão, e depois vai decrescendo até atingir os valores mais baixos da escala nos grupos dos 55-59 e 60-65. Note-se que as faixas etárias respeitantes aos grupos compreendidos entre os 30-34 e 45-49 são os que exibem percentagens mais elevadas, uma vez que são os únicos que têm os seus valores na escala dos 20 em diante, vindo de seguida os grupos relativos às idades 25-29 e 50-54 com valores situados na escala dos 10 e, por último, temos os grupos das idades 15-19, 20-24, 55-59 e 60-65 com valores inferiores a 10. Pode-se ainda concluir que, como vem sendo já frequente, com excepção da faixa etária dos 15-19 que aparece com percentagens idênticas para os contextos F3 e LPs, em todos

os restantes casos os contextos que têm a ver com as LPs e com as PI aparecem com percentagens mais elevadas que as restantes (fig. 15-16).

5. Distribuição por sexo: exceptuando-se o caso do contexto F2, em todos os outros contextos estilísticos os maiores índices de produção das variantes [æ] e [ə] encontram-se subjacentes ao sexo feminino, sendo este o que, em termos gerais, acaba, pois, por apresentar valores mais elevados (fig. 21-22). De igual forma aos restantes casos, as LPs e as PI apresentam percentagens mais elevadas que as dos contextos estilísticos referentes às frases (fig. 19-20).

6. Distribuição por cada contexto estilístico: uma análise pormenorizada a percentagem de cada um dos cinco contextos estilísticos tomados em conta na nossa recolha de dados orais demonstra que os maiores índices de produção das variantes [æ] e [ə] encontram-se a nível das LPs e das PI (fig. 23-24), exibindo as últimas níveis mais elevados que as primeiras, seguindo-se depois os contextos respeitantes às frases, com a F2 a exibir percentagens mais baixas que as restantes, contrariamente a F1 que apresenta-se com percentagens mais altas.

7. Distribuição por cada situação de leitura: a produção das variantes, tal como se pode observar pelas fig. 25-26, vai aumentando conforme o número de leituras efectuadas pelos informantes, pois a última leitura apresenta índices mais elevados, e a primeira os mais baixos, o que confere a segunda leitura uma posição intermédia no que diz respeito aos valores relativos às percentagens de produção das variantes [æ] e [ə].

Agora, apresentamos de seguida as estatísticas respeitantes a componente escrita da nossa recolha de dados:

1. Ambiente de aprendizagem do português: 32.8% dos entrevistados consideram ter aprendido o português em ambientes familiares, sendo 24.6% em casa e 8.2% com amigos, e mais de metade (67.2%) admitem terem aprendido esta língua somente na escola.

2. Idade de aprendizagem do português: Para a grande maioria (73.8%) a idade de aprendizagem do Português situa-se depois dos 7 anos de idade, no geral mais concretamente entre os 7 e os 15 anos; para os restantes 26.2% a idade de aprendizagem desta língua situa-se na idade pré-escolar, isto é, até aos 7 anos de idade.

3. Relação estatuto do português/ nível de proficiência : mais de metade dos inquiridos, nomeadamente 56.6% consideram que, em termos gerais, os indivíduos que têm o português como sua L1 têm maior proficiência desta língua, pelo menos em termos de fala, do que a maioria dos indivíduos que têm como sua L1 uma LB. 37.7% têm uma opinião oposta e 5.7% abstiveram-se.

4. Relação modo de falar/ integração na sociedade: 86.9% dos 107 inquiridos não naturais de Maputo consideram que em Maputo falar bem o português contribui para uma boa integração do indivíduo na sociedade, tal como ser bem visto e ter sucesso na escola ou no emprego, e somente 13.1% têm uma opinião diferente. Para

os naturais daquela província, de um total de 15 entrevistados 60% são da mesma opinião que a maioria anterior, e 40% têm uma posição diferente.

5. Relação zona de origem/ integração na sociedade: a maioria dos entrevistados - 97.2% dos 107 locutores não naturais da província de Maputo e 66.7% dos 15 locutores naturais desta província - é de opinião que em Maputo as pessoas do Sul têm mais facilidades no tipo de integração acima destacado do que as provenientes das restantes zonas do país, e a minoria - 2.8% para o primeiro grupo acima referido e 33.3% para o segundo - têm uma opinião contrária. Dos anteriores 97.2%, 6.5% apontam a origem como razão para aquele tipo de discriminação, e cerca de 4.7% aponta a maneira de falar, ao mesmo tempo que a grande maioria (83.2%) aponta ambas, e a menor parte - cerca de 2.8% - fazem referência a outro tipo de factores. Quanto aos entrevistados originários da província de Maputo, enquanto que 20% dos 66.7% mencionados têm a origem como factor decisivo para a discriminação, 6.7% têm a forma de falar e, finalmente, 40% ambas.

6. Objectivo(s) da vinda a Maputo: para os não naturais desta cidade, a maioria dos entrevistados (78.5%) aponta como razão da sua vinda a Maputo a procura de melhores condições de vida, sendo 43.9% pela procura de emprego e 34.6% por razões de estudo, enquanto que a menor parte dos inquiridos (21.5%) aponta outro tipo de razões.

7. Relação faixa etária/ concretização dos objectivos: tendo sido perguntados sobre até que faixa etária, no máximo, aspiravam realizar o(s) objectivo(s) da sua vinda à província de Maputo, todos os 107 entrevistados não provenientes desta

provincia responderam que pretendiam concretiza-lo antes de atingirem, pelo menos, os 40 anos de idade. As estatísticas referentes a esta distribuição são as seguintes:

Fig. 2

Grupo etário:	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
%	15%	16.8%	20.6%	19.6%	28%

Note-se que os grupos etários 40-44, 45-49, 50-54, 55-59 e 60-65 não foram marcados, pelo menos, uma única vez pelos entrevistados, e que a percentagem mais alta corresponde a faixa dos 35-39.

4.2. Análise e discussão

- Hipótese explicativa

Aquando da introdução do presente trabalho consideramos que, para o caso particular da provincia de Maputo, as palavras "mas" e "que" da LP pareciam apresentar diferentes realizações, algumas das quais altamente caracterizadas pela hipercorreção linguística. Como constatamos, de facto as referidas palavras apresentam diferenciações referentes a sua realização oral, com algumas variantes a corresponderem, segundo a nossa análise, às formas padronizadas para o português de Moçambique (PM), enquanto que outras manifestam-se como mais marcadas, desviando-se então das anteriores. Segundo a nossa *hipótese de investigação*, tais variações concernentes à produção daquelas duas palavras envolviam um processo de autocorreção motivado por problemas de insegurança sociolinguística, em estreita conexão com os de insegurança linguística manifestados pelos locutores envolvidos.

Dados anteriores revelaram-nos já que a grande maioria dos entrevistados pertencentes ao grupo experimental, quer sejam naturais ou não da província de Maputo, têm em mente que:

1. Em termos gerais, os indivíduos que têm o português como sua L1 falam melhor esta língua do que os locutores que têm como sua L1 uma LB;
2. Em Maputo, falar bem o português contribui decisivamente para que um indivíduo se encontre bem integrado no sistema sócio-económico e político do país;
3. Em Maputo, os sujeitos oriundos da região sul do país têm mais facilidades no tipo de integração referido na alínea anterior do que os indivíduos que provêm das restantes zonas do país, que têm de enfrentar barreiras em virtude das suas zonas de origem e também da sua forma de falar.

Para a grande parte dos entrevistados que não são naturais da província de Maputo o objectivo da vinda a esta província resume-se à procura de melhores condições de vida, quer seja pela procura de emprego (para a maioria) ou por via de estudo. Estes indivíduos, ou pelo menos a maioria deles, chega a esta província tendo em mente que, contrariamente aos locutores que têm o português como sua L1, terão grandes dificuldades em se inserirem neste novo meio, precisamente por considerarem que falar bem esta língua, faculdade que, segundo eles, não dominam melhor que aqueles locutores, contribui decisivamente para o sucesso da sua integração e, conseqüentemente, para realizarem com êxito aquele que teria sido o principal objectivo da sua vinda à Maputo. Além disso, eles chegam à Maputo também conscientes que maiores dificuldades de integração terão, porém, os indivíduos que não são naturais da zona sul do país que, na sua opinião, terão de lutar

ainda contra os obstáculos que lhes são colocados devido às suas zonas origem e também à forma como se expressam. Ora, se tais indivíduos têm o factor falar bem o português como um requisito essencial para que sejam bem sucedidos e, simultaneamente, admitem que, de forma geral, não têm maior proficiência nesta língua, pelo menos quanto àquele requisito, do que os locutores que o possuem como sua L1, então podemos, por outras palavras, considerar que logo à partida demonstram uma evidente insegurança linguística que os faz sentir numa posição de desvantagem, com incertezas relativamente ao sucesso da sua inserção no novo meio, manifestando deste modo também uma certa insegurança sociolinguística. Este fenómeno terá, com certeza, maior impacto sobre os locutores que não são oriundos da zona sul do país, pois são os que mais se sentem rejeitados, uma vez que admitem ter de sofrer ainda discriminações baseadas em factores como as suas zonas de origem e à forma como se expressam em português. Perante tal situação, de modo a garantirem o sucesso da sua integração em Maputo, estes locutores nada mais farão a não ser procurar, a todo o custo, ocultar tanto as suas formas linguísticas naturais como também, sempre que for possível, pelo menos para os que são naturais das regiões Norte e Centro do país, as suas zonas de origem. Esta solução, talvez a mais lógica, passará pelo uso de determinadas formas linguísticas que estes locutores não dominam mas que consideram como formas linguísticas correctas ou mais prestigiadas e, por isso, adequadas para a concretização dos objectivos que os levaram a deslocarem-se à Maputo, processo que acaba não somente por esconder, digamos, as suas formas linguísticas naturais como as suas regiões de origem, pois não nos esqueçamos que estas encontram-se extremamente relacionadas com a forma de falar de um indivíduo, sendo mesmo as últimas um índice das primeiras. O uso destas novas formas linguísticas não se aplica a qualquer contexto e nem mesmo a

todas as palavras da língua, mas sim aos contextos mais fechados nos quais se atribui uma maior atenção ao discurso e às palavras da língua que os locutores consideram como formas mais salientes ou mais visíveis. A variação linguística associada às palavras “mas” e “que” da qual temos vindo a falar não é mais do que o resultado da adopção de tais formas linguísticas, fenómeno que se pode traduzir num processo de autocorreção que implica um esforço consciente de correção das formas linguísticas naturais por outras julgadas como formas mais correctas ou mesmo mais prestigiadas da língua.

Segundo a distribuição das variantes por cada contexto estilístico, é a nível das PI, contextos mais fechados em que se devota maior atenção ao discurso, uma vez que esta é toda ela direccionada a uma única palavra, que se situam os maiores níveis de produção das variáveis não padronizadas, seguindo-se depois as LPs e, por último, com os níveis mais baixos, os contextos mais abertos envolvendo as frases, o que nos vem provar que os indivíduos que fazem parte do grupo experimental desenvolvem, realmente, um processo consciente de correção, pois assim sendo o que se espera é que, de facto, os maiores níveis de variação estejam associados a uma palavra que se encontre isolada do que a uma que se encontre inserida nalgum tipo de contexto, e quanto mais aberto este for, menor atenção se dá ao discurso e, conseqüentemente, é de se esperar níveis mais baixos de variação. A distribuição das variantes por cada situação de leitura vem também provar o mesmo. Com efeito, segundo a mesma, a última leitura é a que apresenta índices de variação mais elevados, contrariamente a primeira que se encontra associada aos níveis mais baixos. Por sua vez, a segunda leitura tem-nos num nível intermédio, resultados que eram já de se esperar uma vez tratar-se de um processo consciente de correção, pois quanto mais leituras forem efectuadas maior domínio o locutor terá do contexto envolvido e, por consequência,

maior será a sua capacidade de premeditação de certas palavras, o que faz com que os níveis mais altos de variação localizem-se frequentemente nas últimas leituras e não nas primeiras, tal como é o nosso caso.

Para o grupo de controle, as estatísticas avançadas em 4.1.1. mostraram que ele, ainda que com um índice inferior, apresentava também um certo nível de desvio às formas padronizadas, exibindo as mesmas variantes que as produzidas pelo outro grupo e consideradas como formas mais marcadas. Acreditamos tratar-se dos mesmos factores que condicionam a variação linguística demonstrada pelo grupo experimental, mas, claro, com menor incidência, daí a razão pela qual este grupo apresenta níveis mais baixos de variação e, portanto, também de desvio às formas padronizadas. Pensamos que este fenómeno se explica pelo facto destes locutores terem como sua L1 o português, e que a insegurança linguística que manifestam resulta do facto de dominarem a variante moçambicana daquela língua, que não corresponde à variante padronizada, que é, pois, a variante europeia. Conscientes deste fenómeno, espera-se então que em contextos mais fechados eles procurem ocultar as suas formas linguísticas naturais - aquelas com as quais se encontram mais familiarizados e que se associam à tal variante moçambicana - através do uso de formas linguísticas que julgam como mais correctas, e portanto, mais aproximadas à norma europeia do português.

Se, de facto, a variação linguística associada às palavras "mas" e "que" surge nas condições anteriormente referidas, isto é, *processo de autocorreção linguística que envolve uma insegurança sociolinguística extremamente relacionada com a insegurança linguística dos locutores envolvidos*, então o mais provável é que os maiores níveis de variação linguística estejam associados aos locutores que não têm

o português como sua L1 (em oposição aos que o têm como tal), que não são oriundos da província de Maputo (contrariamente aos que provêm desta província) e que não provêm da região sul do país (diferentemente do que acontece com os sujeitos originários deste ponto do país), tomando em consideração que, como se viu, pelo menos a julgar pelas conclusões a que chegamos, estes são os que mais se encontram afectados pelo problema da insegurança linguística e, como não podia deixar de ser, também pelo o da insegurança sociolinguística que dela resulta. Pelas nossas estatísticas pode-se verificar que de facto:

1. O grupo experimental, constituído por indivíduos cuja L1 é uma LB, é o que exhibe percentagens mais altas de variação linguística, afastando-se mais das formas padronizadas do que o grupo de controle, constituído essencialmente por inquiridos cuja L1 é o português;

2. Dentro do grupo experimental, que é o que apresenta maiores índices de variação, os locutores que se apresentam com níveis mais baixos de variação e, portanto, de desvio às tais formas padronizadas concentram-se, em termos de distribuição por províncias, na província de Maputo e, em termos de zonas, na zona sul do país.

Pelas estatísticas e análise apresentadas conclui-se que, efectivamente, *confirmando a nossa hipótese geral*, as variações a nível fonético-fonológico que se têm observado na produção das palavras "mas" e "que", pelo menos no que diz respeito à província de Maputo, surgem, de facto, como resposta aos problemas de insegurança sociolinguística em estreita conexão com os da insegurança linguística dos locutores.

Estreita ligação com o problema da integração social e, como não poderia deixar de ser, também com o da insegurança sociolinguística tem a distribuição das variantes marcadas pela situação dos locutores em Maputo, que de certa forma vem elucidar e reforçar a nossa ideia de insegurança linguística e insegurança sociolinguística como factores catalisadores da variação linguística. As respectivas figuras (13-14) ilustram que, de forma geral, os locutores que têm um tempo de permanência em Maputo correspondente a 1-4 anos apresentam-se com níveis da variação mais altos, e daqui em diante quanto maior for o tempo em que o locutor se encontra em Maputo menor será o grau de variação por ele demonstrado, o que, de facto, poderá ter uma certa lógica, se considerarmos que são nos primeiros anos da sua estadia em Maputo que os locutores que não são provenientes desta província têm que empreender maiores esforços pela sua integração, encontrando-se, por isso, menos seguros de si. Espera-se assim que quanto maior for o tempo nesta província melhor enquadrado o locutor se encontrará e, portanto, menor será, talvez, o esforço por ele empreendido e, conseqüentemente, também o nível de variação por ele exibido. Com a mesma ênfase temos igualmente a distribuição das variantes por grupos de idades (fig. 17-18), onde é possível verificar que até atingir a faixa etária dos 35-39 quanto maior for a idade maior será a produção das variantes marcadas, e depois daquele ponto máximo do gráfico a produção das variantes em questão vai decrescendo até atingir os valores mais baixos na escala dos 55-59 e 60 em diante. Como se viu, a maioria dos locutores L1-Lb vem à Maputo à procura de melhores condições de vida, quer seja pela continuação dos seus estudos ou pela procura de novos empregos. Conforme dados retirados da componente escrita da recolha de dados, estes indivíduos esperam realizar tal mudança nas suas vidas antes de

atingirem, pelo menos, os 40 anos de idade. É, portanto, antes de atingir esta faixa etária que os indivíduos se encontram mais preocupados com o seu "status" social, ou por outras palavras, com a sua integração na sociedade-e, por isso, como era de se esperar, também mais susceptíveis à variação linguística, daí a razão de ser dos valores ora apresentados.

Até que ponto estas variações podem ser relacionadas com a hipercorreção linguística?

Recorrendo ao capítulo III, a hipercorreção linguística foi descrita como um tipo particular de variação estilística que resultava de um esforço consciente de correção por parte dos locutores intervenientes como consequência da sua insegurança linguística que, segundo Labov (1976: 193), constituía característica dos grupos sociais que praticavam, inicialmente, uma variedade não normalizada, revelando-se, por isso, pouco familiarizados com a variedade normalizada. Este ambiente assim descrito corresponde exactamente às condições em que surge a variação linguística inerente às palavras "mas" e "que". Com efeito, a situação de línguas em contacto que caracteriza o contexto linguístico de Moçambique de certa forma levou, acredita-se, ao surgimento de uma variante do português moçambicano, variante que se desvia da norma institucionalizada pelo governo, que corresponde precisamente à norma do português europeu, ambiente que acaba por conferir aos locutores moçambicanos da língua portuguesa, quer sejam do tipo do grupo de controle ou do experimental, características linguísticas que nos permitem, sem grandes dificuldades, relacioná-los com os grupos sociais referidos por Labov (1976: 193). Estes locutores encontram-se familiarizados com a variante moçambicana do

português, variante não normalizada, e, em contrapartida, praticamente têm pouco ou nenhum contacto com a norma, a variante do português europeu. Conscientes deste fenómeno, e também do facto da variante que dominam ser relegada ao papel de desvio à variante europeia do português, não se sentindo, por isso, linguisticamente seguros, eles esforçam-se por utilizar, por consequência, em certas ocasiões, pelo menos naquelas em que se devota uma maior atenção ao discurso, o que julgam ser a norma de prestígio, portanto, a variante do português europeu. O resultado é a hipercorreção linguística, que no presente caso para além de envolver uma distribuição regular no que diz respeito a determinados factores sociolinguísticos manifesta igualmente uma variação estilística sistemática que representa a atribuição de um certo valor sociolinguístico aos ítems linguísticos envolvidos. E se quanto mais fechado for o contexto estilístico envolvido maior é a produção das variantes [æ] e [ə], tal como acontece, então é porque aquele valor atribuído funciona como uma marca de prestígio, substituindo, pelo menos naqueles contextos, certas formas linguísticas que os locutores procuram ocultar devido à insegurança linguística que os caracteriza. Maior complexidade deste fenómeno é encontrada nos locutores do grupo experimental, uma vez que ainda têm como L1 uma LB, o que os leva a estar pouco ou menos familiarizados com a LP, mesmo que sendo com a variante moçambicana, quando comparados com os locutores do grupo de controle. Note-se que os próprios locutores parecem acreditar na existência de tal fundamento, se tomarmos em linha de conta que consideram não ter uma maior proficiência da LP, pelo menos em termos de fala, do que os locutores que a tem como sua L1.

Podemos então concluir que as variáveis linguísticas (a) e (e) apresentam-se como potenciais transportadoras de informação social, fenómeno do qual os locutores têm conhecimento, podendo por isso ser objecto de manipulação, o que

implica logo a atribuição do estatuto de marcadores a essas duas variáveis, e que os items linguísticos particularmente envolvidos - as realizações [æ] e [ə], referentes às formas não padronizadas daquelas variáveis são, portanto, caracterizadas pela hipercorreção linguística, que consiste num esforço consciente de correção dessas estruturas linguísticas em direcção àquelas que os falantes julgam ser a norma do português europeu.

Dados anteriormente revelados (4.1.2.), mas que não mereceram ainda uma análise detalhada, relacionam-se com a distribuição das variantes hipercorrigidas em função do género e das zonas de origem dos entrevistados. No que diz respeito à questão do género, os locutores do sexo feminino são os que mais se encontram influenciados pela questão da insegurança linguística e, claro, também pela insegurança sociolinguística, uma vez que são os que se apresentam com maiores índices de hipercorreção linguística. Estas conclusões podem ser sustentadas por Trudgill (1972: 182-183)⁴ referenciado por Wardhaugh (1986: 195). Segundo o autor, as mulheres, por serem as menos seguras, estão mais conscientes da necessidade de usarem as formas consideradas como mais prestigiadas para estigmatizarem um determinado estatuto social. O facto delas ocuparem, geralmente, posições inferiores relativamente aos homens, sendo frequentemente subordinadas a eles exerce sobre elas uma pressão social conducente a inverter tal realidade. Como não poderia deixar de ser, este estado de coisas acaba por se reflectir na linguagem, pois afinal de contas, tal como defende Trudgill (1974: 19), a língua, como fenómeno social que é, reflecte a estrutura social e sistemas de valor da sociedade.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A problemática da variação linguística e também da hipercorreção que nela se encontra envolvida é engendrada pela diversidade e variedade linguística (e sociolinguística) existente no país e, portanto, também pela conseqüente suposta fixação de uma variante do português moçambicano, em particular de Maputo, que se vai distanciando cada vez mais da norma do português padrão. Torna-se imperioso aprofundar as investigações que tem sido feitas neste sentido, sem nos centralizarmos apenas no ponto vista linguístico, mas também no conjunto de factores sociolinguísticos determinantes que contribuem para a consolidação daquela nova variante do português moçambicano. É preciso apurar até que ponto se pode falar ou não da existência de uma variante moçambicana do português, ou de variantes regionais específicas a cada uma das zonas do país. Paralelamente, tendo em conta pelo o que se viu na presente investigação, torna-se indispensável que não se abandone a tão falada problemática da política linguística actualmente em vigor no país, que atribuí à LP um papel de prestígio, encontrando-se associada a determinados valores político-ideológicos e sócio-económicos, contrariamente à realidade em que se encontram as línguas moçambicanas de origem bantu. Constitui um facto que as oportunidades de acesso à educação, emprego, política, entre outros meios contextuais essenciais, se correlacionam com maior proficiência linguística numa língua que é a menos conhecida no país, restringindo assim o nível de oportunidade à maioria da população moçambicana que possui maior proficiência linguística nas línguas moçambicanas de origem bantu. É preciso que se encontrem

⁴ Sex, covert prestige and linguistic change in the urban british english of Norwich. *Language in society*. n.º.1, p. 179-95.

soluções, e que estas não se resumam em optar por esta ou aquela língua, mas sim em procurar mecanismos para que todas elas sejam reconhecidas de forma igual, o que para além de respeitar a unidade nacional respeitará igualmente a diversidade cultural que caracteriza o país.

BIBLIOGRAFIA

- Beirão, P. F. da Silva. *Atitudes linguísticas: um estudo sobre o comportamento sociolinguístico. A população zambeziana. Trabalho de Projecto, Licenciatura, UEM, 1997.*
- Chambers, J. K. & P. Trudgill. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- Da Silva, J. Gomes. Interferência e variante linguística: algumas considerações sociolinguísticas sobre o português falado em Moçambique. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, dez. 1991, nº. 6 e 7, p. 101-105.
- Fasold, R. *The sociolinguistics of society*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- Firmino, G. O caso do português e das línguas indígenas de Moçambique: subsídios para uma política linguística. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, jul. 1995, nº. 13, p. 32-42.
- Fromkin, V. & R. Rodman. *An introduction to language*. New York: Holt Reinhart e Winston, 1974.
- Garmadi, J. *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

- Hudson, R. A. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- Hymes, Dell. *Language in culture and society: a reader in sociolinguistics and anthropology*. New York: Harper and Row Publishers, 1964.
- Labov, William. *Sociolinguistique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1976.
- Lopes, A. J. *Política linguística: princípios e problemas*. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1997.
- Nhamuende, P. J. *Língua: barreira no acesso ao emprego em Moçambique?* Dissertação, Licenciatura, UEM, 1995
- Pride, J. B. & J. Holmes (ed). *Sociolinguistics: selected readings*. London: Penguin Books, 1972.
- Trudgill, P. *Sociolinguistics: an introduction to language and society*. London: Penguin Books, 1974.
- Wardhaugh, R. *An introduction to sociolinguistics*. 1. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ANEXOS

1. Questionário para a elicitación de dados

A

(Componente oral)

1) 'Não pretendo, de nenhuma forma, criar qualquer tipo de conflito, nem sequer ferir quaisquer sensibilidades, mas chamar a atenção sobre os factos, que, na minha opinião, são intoleráveis, numa altura em que estamos a “fumar o cachimbo da paz”. In *Jornal Domingo*, 6 jun. 1999, p. 9.

2) 'Mas é precisamente o processo diplomático que pode sofrer “efeitos colaterais” devido à decisão do TPI.’ In *Jornal Domingo*, 6 jun. 1999, p. 10.

3) 'Mas, quanto a nós, o essencial não é apanhar um eventual culpado da situação, mas, sim, sabermos a responsabilidade que cabe a cada um (...)’. In *Jornal Savana*, 4 jun. 1999, p. 9.

4) <u>A</u>	<u>B</u>
Talvez	E
Todavia	Cujo
Nunca	Nem
Mês	Onde
<u>Mas</u>	Donde
Também	Quiçá
Entretanto	<u>Que</u>
Quando	Nunca
Contudo	Esses
Porém	Quanto

5) Mas

6) Que

B

(Componente escrita)

- 1) Idade:
- 2) Sexo: a. Masc. b. Fem.
- 3) Naturalidade:
- 4) Grau de escolaridade:
- 5) Profissão:
- 6) Cargo/ocupação:
- 7) Morada (bairro/zona):
- 8) Qual a sua: a) L1: b) L2:
 c) L3 em diante:
- 9) Aprendeu o português:
 a. Em casa b. Na escola c. Com amigos/outro
- 10) Com que idade?
- 11) Em Maputo, acha que falar bem o Português e/ou ter uma boa pronúncia desta língua contribuí para uma boa integração do indivíduo na sociedade (como por exemplo, ser bem visto, ter sucesso na escola, no emprego, etc.)?
 a. Sim b. Não
- 12) Em Maputo, acha que as pessoas do sul têm mais facilidades no tipo de integração anteriormente referido do que as provenientes do norte e centro do país?
 a. Sim b. Não
- 13) Se sim, porque razões? a. Devido à origem b. Devido à pronúncia
 c. Ambas (origem e pronúncia) d. Outra:.....
.....

Só para os não naturais de Maputo:

- 14) Há quanto tempo encontra-se em Maputo?
- 15) Qual foi o objectivo da sua vinda a Maputo? a. Procura de melhores condições de vida: Procura de emprego Continuação dos estudos
 b. Outro:.....
.....

16) No máximo, até que faixa etária pretende ou pretendia alcançar o(s) objectivo(s) da sua vinda à Maputo?

a. [] 15-19	b. [] 20-24	c. [] 25-29	d. [] 30-34	e. [] 35-39
f. [] 40-44	g. [] 45-49	h. [] 50-54	i. [] 55-59	j. [] 60[

2. Tabelas e gráficos

A. Distribuição das variantes hipercorrigidas por províncias

Fig. 3 e 4 – Distribuição específica:

	Contexto:	F1	F2	F3	LPs	PI
	PROVINC.	%	%	%	%	%
NORTE	NIASSA	10,1	0,0	5,1	22,7	43,9
	C. DELG.	6,5	0,0	2,8	15,3	36,1
	NAMPULA	6,1	0,0	0,0	12,1	34,8
CENTRO	ZAMBÉZ.	13,9	4,2	18,5	45,8	70,8
	TETE	4,4	0,0	4,4	16,7	30,0
	MANICA	15,4	3,8	15,4	52,6	75,6
	SOFALA	24,8	3,8	17,1	50,0	74,4
SUL	INHAMB.	5,6	0,0	2,8	13,9	31,9
	GAZA	2,6	0,0	0,9	5,1	23,1
	MAPUTO	1,5	0,0	0,7	2,2	22,2

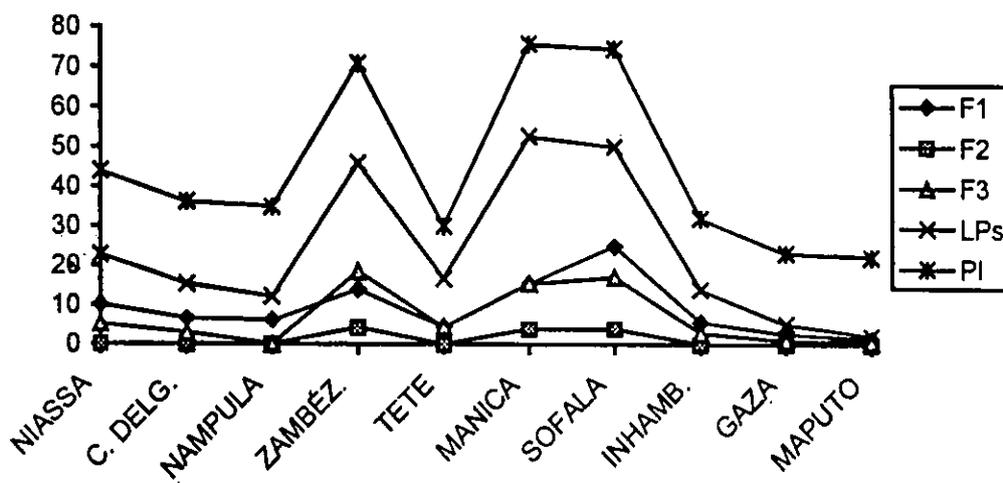
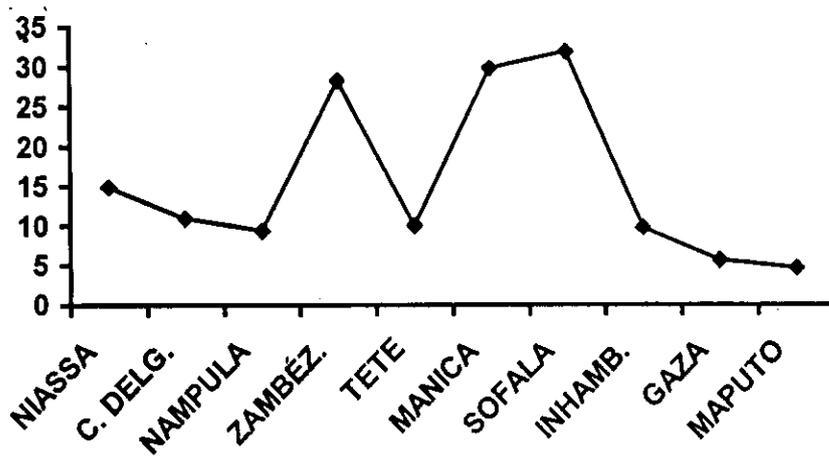


Fig. 5 e 6 - Distribuição geral:

	PROVINC.	%
NORTE	NIASSA	14,9
	C. DELG.	10,9
	NAMPULA	9,3
CENTRO	ZAMBÉZ.	28,2
	TETE	10,0
	MANICA	29,7
	SOFALA	31,8
SUL	INHAMB.	9,7
	GAZA	5,6
	MAPUTO	4,6



B. Distribuição das variantes hipercorrigidas por zonas

Fig. 7 e 8 – Distribuição específica

ZONA:	Contexto:	F1	F2	F3	LPs	PI
		%	%	%	%	%
	NORTE	7,5	0,0	2,6	16,7	38,2
	CENTRO	15,3	3,1	14,4	42,7	64,6
	SUL	3,1	0,0	1,4	6,7	25,4

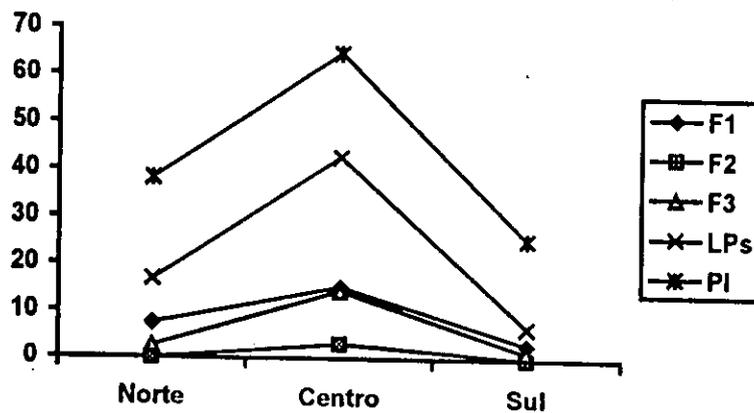
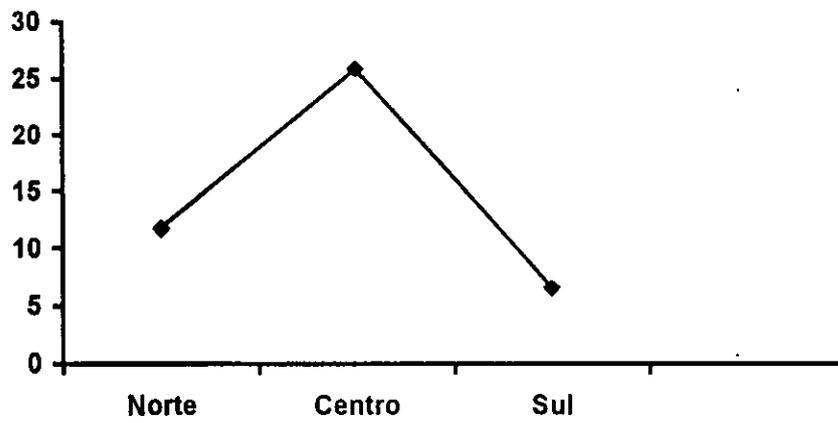


Fig. 9 e 10 - Distribuição geral

ZONA	NORTE	CENTRO	SUL
%	11,7	25,8	6,5



C. Distribuição das variantes hipercorrigidas pela situação dos locutores em Maputo

Fig. 11 e 12 – Distribuição específica

SITUAÇÃO EM MAPUTO	Contexto:	F1	F2	F3	LPs	PI
		%	%	%	%	%
	1-2anos	13	2,8	13	40,3	59,7
	3-4	16,9	0,7	11,1	43,5	65,9
	5-6	10,8	2,5	7,8	25	48,5
	7-8	4,9	0,6	3,7	16	31,5
	9-10	4	0	4	7,6	31,8

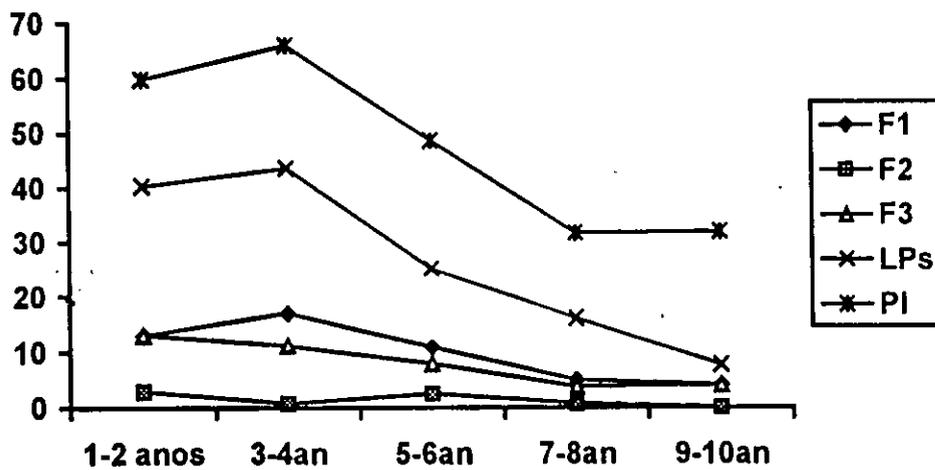
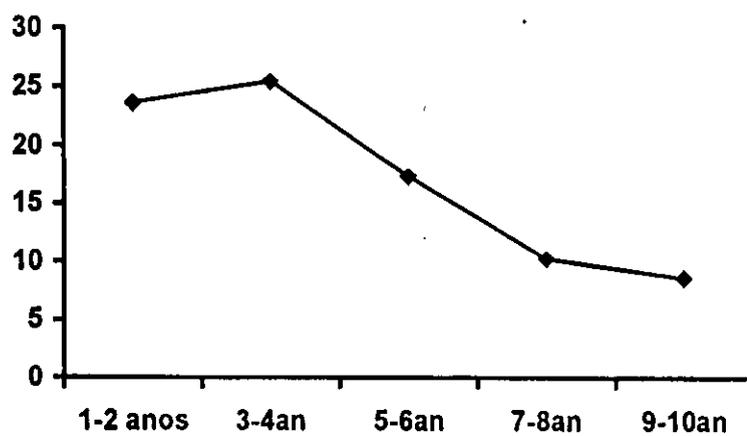


Fig. 13 e 14 – Distribuição geral

SITUAÇÃO EM MAPUTO	1-2 ANOS	3-4	5-6	7-8	9-10
%	23,6	25,4	17,3	10,2	8,6



D. Distribuição das variantes hipercorrigidas por grupos de idade

Fig. 15 e 16 - Distribuição específica

IDADES	Contexto:	F1	F2	F3	LPs	PI
		%	%	%	%	%
15-19 anos		6,5	0	5,6	5,6	25
20-24		4,3	0	4,3	14,1	26,9
25-29		8,9	0	3,3	21,7	40
30-34		7,7	5,1	12,8	38,5	64,1
35-39		22,2	1,3	16,2	47,4	82,1
40-44		15,4	3,8	12,8	39,7	69,2
45-49		12	1,4	7,4	40,3	61,1
50-54		7,4	0	3,7	15,3	44,4
55-59		1,7	0	0	2,6	14,1
60-65		4	0	0	7,6	10,6

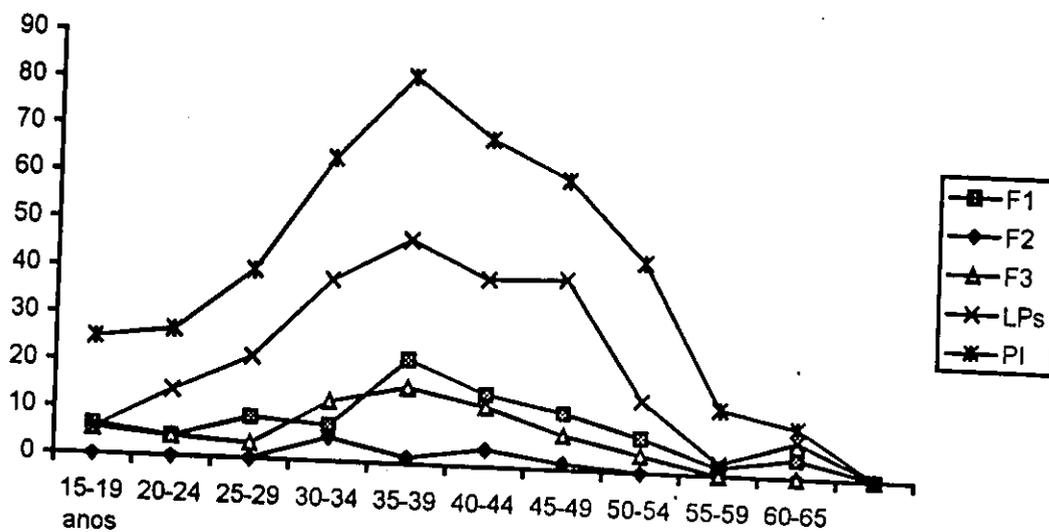
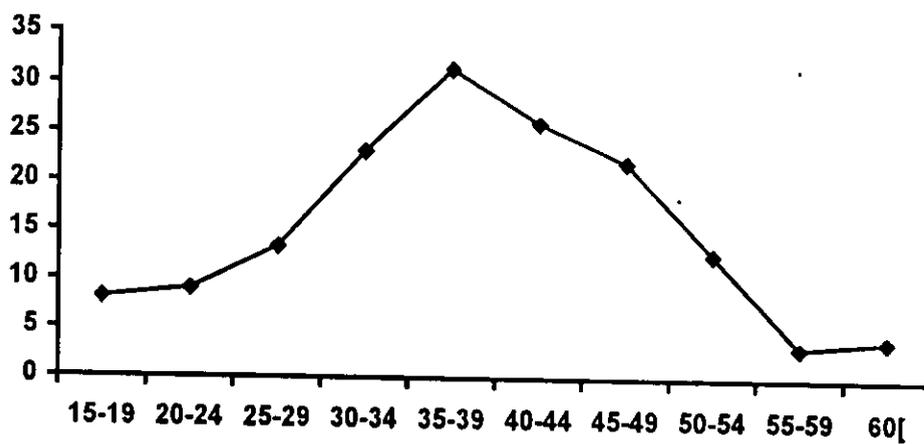


Fig. 17 e 18 - Distribuição geral

IDADES	%
15-19anos	8,1
20-24	9
25-29	13,3
30-34	23,1
35-39	31,4
40-44	25,9
45-49	22
50-54	12,7
55-59	3,2
60[4



E. Distribuição das variantes hipercorrigidas por género

Fig. 19 e 20 – Distribuição específica

Situação:	F1	F2	F3	LPs	PI
SEXO	%	%	%	%	%
<i>MASCUL.</i>	7,3	1,2	6	19,4	40,5
<i>FEMIN.</i>	11,3	1,2	7,9	28,8	49,1

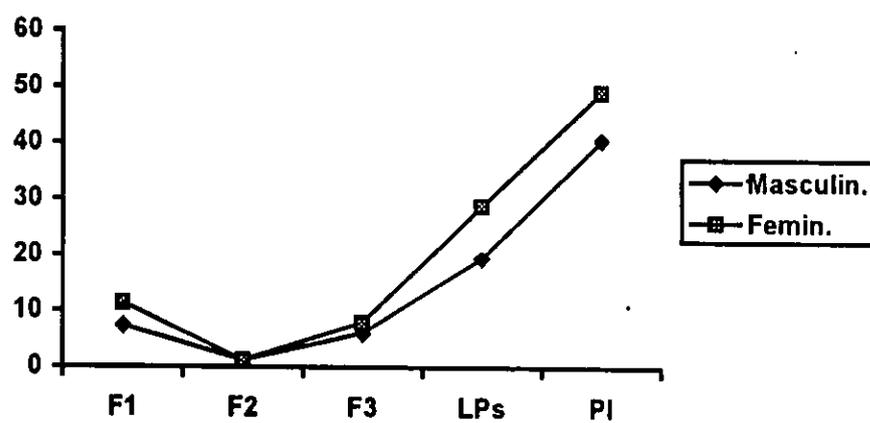
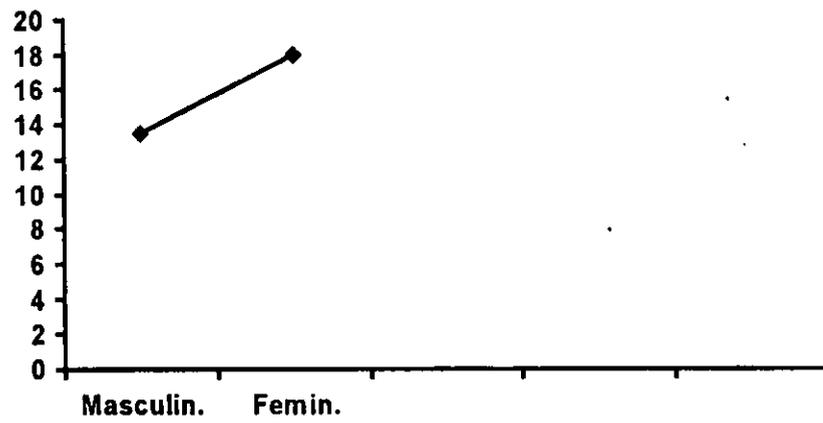


Fig. 21 e 22 - Distribuição geral

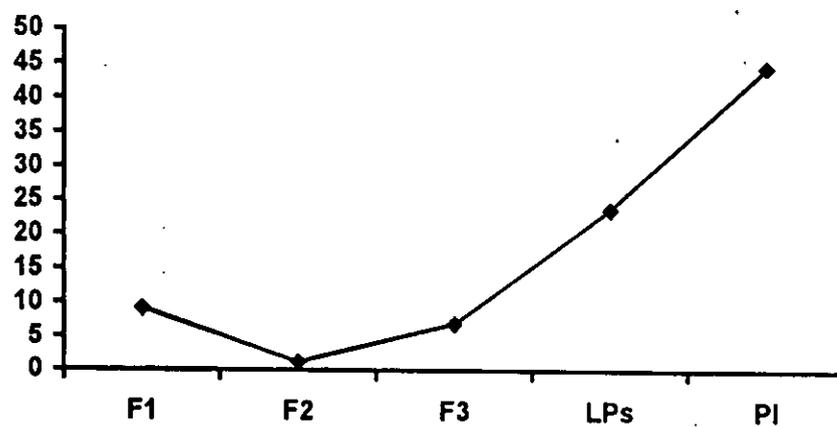
SEXO	MASC.	FEM.
%	13,5	18



F. Distribuição das variantes hipercorrigidas por contexto estilístico

Fig. 23 e 24

CONTEXTO	<i>F1</i>	<i>F2</i>	<i>F3</i>	<i>LPs</i>	<i>PI</i>
%	9,1	1,2	6,8	23,6	44,4



G. Distribuição das variantes hipercorrigidas por situação de leitura

Fig. 25 e 26

LEITURA	1	2	3
%	6,7	16,8	23,1

